

ATA Nº 044 DE 10/10/2019

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL (CEDRAF-MG)**

1 Ao dez dia do mês de outubro de dois mil e dezenove, com início às treze horas e trinta minutos, nas
2 salas de reunião 6 e 7 do 11º andar do Prédio Gerais da Cidade Administrativa Presidente Tancredo
3 Neves, Belo Horizonte, MG; em sessão ordinária, reuniu-se o Conselho Estadual de Desenvolvimento
4 Rural Sustentável de Minas Gerais (CEDRAF-MG), sob a Presidência do Subsecretario da Secretaria
5 de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Amarildo Kalil, que deu as boas-vindas a
6 todos (as), e registrou que até o presente momento não haveria quórum para dar início dos trabalhos,
7 mas sugeriu iniciar a reunião pelas pautas que não demandassem aprovação, todos os membros
8 presentes concordaram. Dando início a plenária, apresentou a pauta com os seguintes pontos: 1)
9 Abertura pelo presidente do CEDRAF-MG; 2) Leitura, discussão e aprovação da ata número
10 043/2019; 3) Apreciação dos pareceres da Câmara Técnica de Políticas Agrícolas (CTPA) sobre
11 credenciamento de instituições executoras de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), no
12 Sistema de Gestão de ATER (SGA), da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
13 (ANATER) e no Sistema Informatizado de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIATER) do MAPA;
14 4) Apresentação dos CMDRS homologados no Estado de Minas Gerais; 5) Discutir a recomposição
15 de instituição para composição do Colegiado Gestor do PAA Familiar; 6) Apresentação do status do
16 Programa Crédito Fundiário; 7) Discussão sobre a reestruturação do CEDRAF; 8) Informes Gerais.
17 Iniciado os trabalhos do dia com a Apresentação dos CMDRS homologados no Estado, temos hoje no Estado
18 387 conselhos que já foram homologados, porém poucos conselhos estão com a documentação atualizada;
19 foi discutido formas para o fortalecimento dos conselhos sendo colocadas algumas sugestões para buscar este
20 fortalecimento dentre estes a portaria de nº140/2019 do MAPA, onde é solicitado a manifestação dos CMDRS
21 para a concessão de emendas parlamentares federais. Foi solicitado a AMM que articulasse com os
22 municípios junto aos prefeitos, a valorização e importância do CMDRS e da homologação junto ao
23 CEDRAF-MG, para que os municípios tenham visibilidade no âmbito público, prontamente o
24 conselheiro da AMM se manifestou e se propôs a colaborar. Diante das sugestões levantadas ficou
25 acordado que o Núcleo de conselhos da SEAPA em conjunto com a Subsecretária de Agricultura Familiar e
26 Desenvolvimento Rural Sustentável irá propor trabalhos visando aproximação junto aos conselhos municipais.
27 Com o quórum já instituído passou-se para a apreciação dos pareceres da Câmara Técnica de
28 Políticas Agrícolas (CTPA) sobre o credenciamento de instituições executoras de Assistência Técnica
29 e Extensão Rural, onde foi aprovado pela câmara duas empresas, sendo essas Terra Forte de Montes
30 Claros e Fernandes e Aquino projetos Ltda de Brasília de Minas, as quais estiveram presentes na
31 reunião e fizeram a apresentação aos conselheiros, sendo estas aprovadas por unanimidade. Em
32 seguida foi passada a palavra aos membros da câmara técnica, onde explanaram as fragilidades e
33 limitações na legislação vigente que garantam segurança nas análises das instituições. O presidente
34 solicitou que os membros da câmara apresentassem uma proposta de ação visando qualificar as
35 análises para uma seleção de instituições que atendam ao objeto proposto, a assistência técnica e
36 extensão rural. Dando continuidade passou-se para discussão e aprovação da ata de nº 43. Houve
37 uma correção por parte do conselheiro da ASA Minas na linha 125, corrigindo o mês, onde se lê
38 setembro alterar para agosto, alteração será realizada e assim ata foi aprovada por unanimidade.

39 Seguindo com a pauta passou-se a discussão da recomposição do Colegiado Gestor do PAA Familiar,
40 onde duas instituições se colocaram à disposição para ocupar a vaga, após conversar entre si
41 chegaram a um consenso e a empresa indicada foi a OCEMG. Dando continuidade à pauta, passou-
42 se para apresentação do status do Programa Crédito Fundiário, onde um representante da SEAPA e
43 uma representante do MAPA fizeram a explanação da situação, a qual ainda está sem muitas
44 definições, um conselheiro sugeriu que a presidência do CEDRAF encaminhe um ofício para o MAPA
45 solicitando maiores informações, o representante do Estado disse já está providenciando esse ofício
46 e disse acreditar ter maiores esclarecimento na próxima reunião do CEDRAF, ficando acordado que
47 se houver avanços está pauta retorna na próxima reunião ordinária que será realizada no mês de
48 dezembro. Seguindo com a pauta passou-se para a discussão sobre a reestruturação do CEDRAF,
49 onde foi feita uma apresentação pela Secretária Executiva da situação documental e estrutural do
50 CEDRAF, onde foi sugerido a exclusão do decreto das 20 entidades convidadas sem o direito a voto,
51 e a redução de 03 entidades da sociedade civil com a sugestão de permanência aquela entidade que
52 tem maior assiduidade nas reuniões. Após discussão ficou acordado que as entidades: Movimentos
53 dos Atingidos por Barragem - MAB e Federação dos Pescadores Artesanais e Aquicultores de Minas
54 Gerais – FEPAMG não participarão da nova composição de membros do CEDRAF, uma vez que de
55 acordo com os dados apresentados, não tem registro de participação nas últimas 06 reuniões, e como
56 sugestão dos conselheiros a inserção das Secretaria Estadual da Educação, uma vez que o Programa
57 Nacional de Alimentação Escolar – PNAE sempre esta nos debates do CEDRAF, sendo assim a
58 extinção será apenas de 02 entidades com inserção SEE. Continuando à apresentação foi exibido
59 aos conselheiros a estrutura do CEDRAF hoje, a qual é composta por 03 câmaras técnicas e 03
60 grupos temáticos, registrando que apenas a Câmara Técnica de Políticas Agrícolas está em
61 funcionamento. Foi solicitado apoio dos conselheiros na retomada das câmaras técnicas, uma vez
62 que é preciso ter função para justificar a existência e foi sugerido a extinção dos 03 grupos temáticos,
63 sendo estes: Grupo Temático Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas, Grupo Temático
64 Construção Social de Mercados e Grupo Temático Juventude Rural. Com as discussões, a maioria
65 dos conselheiros optaram por manter o GT Construção Social de Mercados, justificando pelo trabalho
66 já realizado anteriormente e por acreditarem que as discussões e trabalhos deste grupo podem
67 contribuir muito nos plenos do CEDRAF, sendo assim serão excluídos da estrutura do CEDRAF os
68 GTs de Juventude Rural e Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas. Dando continuidade à
69 pauta passou-se para os Informes Gerais, o conselheiro da OCEMG registrou que sua instituição foi
70 convidada a participar do Plano de Ação do Agro Nordeste e que este plano tem tudo a ver com o
71 trabalho que o CEDRAF vem desenvolvendo, o presidente disse ainda não ter conhecimento, mas irá
72 buscar informações. Conselheiro da ALMG falou sobre o trabalho da frente parlamentar em defesa
73 da agroecologia, agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional sustentável; convidou os
74 conselheiros para audiência pública sobre a retomada da Regularização Fundiária Rural em Minas
75 Gerais a se realizar no dia 22 de outubro às 9:00 horas na ALMG e solicitou apoio na divulgação;
76 convidou também a todos a participar das discussões do PPAG 2020 a 2023 que inicia no dia 24 de
77 outubro de 2019; A Secretária Executiva apresentou status das solicitações levantadas na última
78 reunião, onde uma se refere a PL sobre o crédito fundiário citada pela deputada Leninha, informamos
79 que a referida PL não teve avanços, uma vez que ao chegar na Assessoria Técnica Legislativa – ATL
80 foi proposta alteração, diante disso ainda não temos uma redação final para ser apresentada neste

81 conselho; outra situação é o COOPERAF, foi informado que não teve mudança no status, está
82 passando pelas contribuições jurídicas das entidades envolvidas, os conselheiros pede o apoio do
83 presidente do CEDRAF, uma vez que se não assinar esse decreto com urgência não poderão pleitear
84 recursos via PPAG para o programa, o presidente fez o compromisso de verificar junto ao responsável
85 o que está acontecendo, para buscar dar agilidade ao processo; outro informe levado aos
86 conselheiros foi a dificuldade de disponibilizar diárias no próximo ano para os conselheiros que
87 residem fora de Belo Horizonte, uma vez que não terá mais fonte orçamentária para este fim. Não
88 havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião.

Fabrcia Ferraz Mateus

Secretária Executiva do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRA-MG

Amarildo Brumano Kallil

Subsecretário de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável e Presidente em exercício do CEDRAF-MG